

Um tesouro salvo das cinzas

(por Fausto Macedo)

Juiz conseguiu evitar queima de 400 mil processos da Justiça Federal do Estado; autos que contam histórias de 2 séculos estão sendo restaurados

Páginas que o tempo envelheceu contam histórias instigantes - os detalhes de conflitos sociais, bastidores de causas diversas, ações arbitrárias da polícia política, crises conjugais, protestos, turbulência nas ruas, espionagem, dramas, crimes. Quatrocentos mil processos compõem o acervo que se esconde atrás do paredão cinza de um velho armazém no Ipiranga, zona sul de São Paulo. Ali, historiadores e arquivistas trabalham no resgate da memória da Justiça Federal do Estado. Munidos de luvas e aventais brancos, conduzem um metódico processo de revitalização de coleções severamente castigadas.

Páginas ressecadas e cobertas de um pó escuro, muitas aos pedaços, retratam o Brasil colônia, o Brasil império, a República e sua primeira Constituição, o movimento de 24, o golpe e a truculência do Estado Novo. Uma travessia de quase dois séculos. O primeiro achado é uma ação sumária de execução. Data de 1821 - uma dívida paga com escravos. Estávamos às vésperas da Independência.

Pena - A Justiça obedecia ao mesmo rito dos dias atuais. Volumes amarrados com barbante guardam as manifestações da acusação e defesa. Costumes, normas e a soberba prevalecem. Os carimbos, os selos e a linguagem curiosa do mundo forense resistem. A diferença está na escrita - a pena, até o princípio do século 20; datilografada, mais tarde; por computador, nos dias atuais.

Em julho de 2000, um projeto de lei apresentado ao Congresso propôs a queima de documentos forenses que tratam de demandas já prescritas. O argumento: papel velho representa custos. A proposta parlamentar despertou a atenção do juiz federal Wilson Zauhy Filho, diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo. Zauhy mandou verificar o galpão em Carapicuíba, região oeste da Grande São Paulo, onde estavam estocadas 38 mil caixas de papelão contendo os processos do arquivo morto.

Descobriu-se um tesouro a caminho das cinzas. Sob completo abandono, a documentação foi submetida à ação do tempo durante décadas a fio. A água da chuva inundava freqüentemente o depósito e danificava papéis e fotografias de laudos periciais.

Remoção - Zauhy e o então presidente do Tribunal Regional Federal (TRF), desembargador José Kallás, tomaram providência imediata: a cuidadosa remoção do acervo para um antigo galpão do Instituto Brasileiro do Café, localizado na Avenida Presidente Wilson. Surgiu, então, o projeto batizado de Centro de Memória da Justiça Federal.

A Associação dos Arquivistas de São Paulo foi contratada para limpar, identificar e cadastrar os processos. O trabalho está sendo realizado sob orientação da professora Ana Maria Camargo, do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). Os resultados, até aqui, são animadores. A papelada está a salvo, apesar das agressões sofridas.

"Tudo o que foi levantado até agora demonstra que o Poder Judiciário foi e será sempre uma caixa de ressonância do povo em relação aos vários momentos da nossa trajetória política", disse outro incentivador do projeto, o atual presidente do TRF, desembargador Márcio Moraes. "A democracia ganha quando se toma consciência dos feitos históricos do Judiciário."

"João, de nação Munjolo, vinte anos mais ou menos, avaliado em 179\$200, indo a leilão por 183\$000"

Escravo era parte do pagamento de uma dívida cobrada na Justiça em 1821

Era uma dívida de boa cifra. Disposto a receber aquilo a que entendia "fazer jus", o capitão Antonio da Silva Prado foi à Justiça contra o subordinado, sargento-mór Ignácio de Araújo Ferraz. Na primeira audiência, credor e devedor não chegaram a um acordo. Por meio de uma ação de execução cível, o oficial requereu o recebimento de 357\$985 (ou 357 mil e 985 contos de réis). Processo instaurado regularmente, o sargento viu-se condenado a reunir os valores devidos, em espécie, no prazo de 24 horas. Como não apresentou o dinheiro em tempo hábil, a Justiça mandou à penhora os seus bens - três escravos.

A história é uma relíquia contada em 40 folhas de papel almaço que vão completar dois séculos. Está guardada na Justiça Federal em São Paulo, merecedora de tratamento especial. Os autos datam de 1821 - foram abertos em 26 de março. A colônia estava com os dias contados. Vivíamos o clima da véspera da Independência. O País estava a quatro décadas da Abolição. Escravos ainda eram boa moeda.

O único volume que narra essa pendência judicial do século 19 permanece surpreendentemente incólume. Tudo o que o tempo conseguiu foi tornar pardas as páginas feitas de fibra de linho. A tinta azul, caprichosamente rabiscada a pena, resiste.

Perfil - João, Antonio e Benedito - os três escravos sem sobrenome e direitos - foram à praça de leilão por oito dias consecutivos, "exetuando-se domingos, dias santos e feriados", segundo a ação sumária de penhora da Executória da Real Fazenda da Província de São Paulo. Os autos contêm breves perfis: "João, de nação Munjoló, aparentando a idade de vinte anos mais ou menos, avaliado em 179\$200, indo a leilão por 183\$000; Antonio, de nação Moçambique, aparentando a idade de vinte anos mais ou menos, avaliado em 179\$200, indo a leilão por 180\$000; e Benedito, de nação Angola, aparentando a idade de 30 anos mais ou menos, avaliado em 148\$800, indo a leilão por 150\$000."

No sétimo dia (era 21 de maio), num único lance, o capitão Antonio José Oliveira Barbosa arrematou João, Antonio e Benedito. A carta de sentença foi assim lavrada: "Dom João por Graça de Deus Rei do Reino Unido de Portugal, e do Brasil e Algarves, d'aquem e d'alem Mar em África, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia Arábica, Arábia, Pérsia, e da Índia (...) A todos os meus Doutores, Desembargadores, Corregedores, Provedores, Ovidores, Julgadores, Contadores, Conservadores, Auditores Gerais e particulares (...) pela mesma apresentam a forma, como tal ouvirem, e o verdadeiro conhecimento dela como direito."

Os arquivos da Justiça Federal revelam muitas outras histórias. No armazém de 43,2 mil metros quadrados da Avenida Presidente Wilson, extenso corredor de paralelepípedos que liga o ABC ao Ipiranga, a força-tarefa debruça-se sobre 100 mil ações que abrangem o período de 1880 a 1969. Os trabalhos são coordenados por Augusto Jerônimo Martini, do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, e por alunos e professores de história formados pela Universidade de São Paulo (USP), que se revezam em dois turnos de cinco horas diárias.

De tempos em tempos, deparam-se com preciosidades como o caso da Madame Foubert, que se casou com J.P.I. na França, em setembro de 1898. Alguns anos mais tarde, o casal mudou-se para São Paulo. Vinte e dois anos depois, em setembro de 1920, a mulher entrou com uma 'acção de desquite', acusando o marido de adultério. Para fazer prova daquilo que denunciava, ela contratou René, detetive arguto que logo descobriu uma amante na vida de J.P.I. A moça era vulgarmente chamada de Pinota. O senhor J.P.I estava "verdadeiramente apaixonado" por ela.

No pedido de separação, o advogado Antonio Ribeiro da Silva informou ao magistrado Washington de Oliveira: "A autora casou-se com o réo em seis de setembro de 1898, com o qual tem vivido, e havendo desse consórcio seis filhos; que o réo vive amasiado com a decahida vulgo Pinota, com quem até há pouco esteve em vigiliatura amorosa, abandonando o lar conjugal; que o réo mandou construir para a sua referida concubina um palacete de vultoso valor em o bairro Jardim América, Rua Argentina esquina com a Rua Salvador (...)"

Senegal - O detetive seguiu com exemplar discrição J.P.I e Pinota em viagem ao exterior. Foram longos anos de espreita. Em 19 de março de 1914, em Dacar, Senegal, apreendeu postais e correspondências amorosas que comprometiam definitivamente J.P.I. Em 21 de outubro de 1920, de Paris, ainda em missão, René enviou um cartão à mulher traída. Transmitiu as últimas descobertas e concluiu, respeitosamente: "Podeis vir a Paris, a vida não é tão cara como se diz no Brasil. Podeis vir com toda a segurança. O vosso espião. Assignado René."

O juiz concedeu a separação. O fato mereceu viva repercussão nos meios forenses porque o magistrado aplicou a sentença com base na moderna legislação francesa da época, que permitia o desquite. O doutor Washinton Oliveira acolheu o "pleito da reclamante" e fixou a pensão em 2 mil réis "para a educação e sustento dos menores, atendendo ao patrimônio do casal, cujos bens foram avaliados em mais de 900 contos."

No armazém do Ipiranga, 14 mil caixas de documentos aguardam uma segunda etapa de pesquisas. Os 'garimpeiros' trabalham com afincô e encantam-se com as surpresas de cada dia. "É um mergulho fantástico na história", empolga-se o diretor de Comunicação do Tribunal Regional Federal em São Paulo, Márcio Novaes. (F.M.)

Salvo das cinzas

Pedimos Vossa Excelência intervenção caridosa para fazer cessar bombardeio contra inerme cidade de São Paulo, uma vez que as forças revolucionárias se comprometem a não usar seus canhões.

Era início de 1891, um ano e dois meses após a chegada da República. Num ato de força, o Estado pretendia tomar a área da Igreja do Colégio São Bento, até hoje instalada no largo homônimo no centro da capital. Amargurado, d. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, bispo da Diocese de São Paulo, pediu providências ao senhor juiz dos Feitos da Fazenda, meritíssimo Joaquim Augusto Ferreira Alves: "Temos a posse da Igreja e, por ordem do governo, se apresentaram funcionários que começaram a retirar as imagens dos altares e o assoalho do templo (...). A posse dos bispos sobre a Igreja do Collégio data de mui longos annos. Por um pró-memória de maio de 1860, dão José I, quando sequestrou os bens dos jesuítas, mandou entrega-la ao bispo da então capitania naquella época. Mais tarde, a Junta da Fazenda mandou terminantemente que fosse entregue ao bispo diocesano a Igreja do Collégio. É, pois, certo que a supplicante tem a posse assim como tem toda a Diocese cuja maioria é cathólica".

Na ação, denominada Traslado de Manutenção de Posse, o bispo requereu a emissão de mandado a favor da Igreja. O juiz, no entanto, ponderou que não seria atribuição daquela instância do Judiciário decidir sobre a questão.

"Não compete ao Estado (...) por isso é que foi constituído esse poder e esse Foro já pela antiga Constituição do ex-Império e já pela nova Constituição da República que acaba de ser promulgada com todo o aplauso. Mando que seja contestada ou embargada a ação à 1.ª Auditoria."

Muitos processos do arquivo da Justiça Federal em São Paulo estão incompletos. Outros, mutilados. Volumes inteiros desapareceram. A suspeita é de que parte apreciável desse tesouro se tenha perdido quando o Estado Novo de Vargas, em 1937, extinguiu a Justiça Federal de 1.º Grau e os cargos de juízes federais nos Estados. A Justiça Federal havia sido criada pelo Decreto 848, de 11 de novembro de 1890, antes mesmo da promulgação da primeira Constituição republicana. Em 1946 - nove anos depois do ato arbitrário - a Constituição restaurou o Poder Judiciário Federal, mas não recriou a primeira instância, que só seria reinstalada em 1965.

Carta - "Querida Hortência (...) assoberbado resolvi matar-me (...) não posso me defender perante os homens, mas na hora de morrer te juro perante Deus que estou inocente e sou vítima de atrozes suspeitas." A carta, datada de 6 de dezembro de 1893, traz a assinatura de Afonso Carlos, médico, viúvo, de 47 anos. Tinha sido preso sob acusação de organizar um batalhão terrorista que explodia linhas ferroviárias em protesto contra a República. Na residência do suspeito, as autoridades encontraram dinamite - a prova. Afonso alegou que usava o explosivo para pesca. Da cela da Casa de Correção da Capital Federal, o prisioneiro político escreveu para a companheira. "Morro com teu nome nos lábios e com pensamento em Deus. Iámos casar e legitimar nosso filho, mas foi impossível. Paciência. Mande rezar alguma missa por minha alma e tu sejas sempre mulher honesta e educa nosso filho. Teu marido, Afonso."

Não há registro da morte de Afonso Carlos, mas a carta está lá, entranhada nos autos. Em anexo, a defesa: "Afonso Carlos, republicano histórico, adepto e correligionário sincero do actual governo, defensor da legalidade e da pessoa do senhor Marechal Floriano Peixoto. O doutor Afonso, na cidade de Mogi das Cruzes, desde a exaltação do actual governo empregou todos os seus esforços, seu concurso pessoal e seus recursos pecuniários, sendo pobre, em favor da legalidade". Ainda a defesa, em acalorada sustentação endereçada ao marechal Antônio Enéas Gustavo Galvão, encarregado dos Negócios da Guerra: "Nas últimas eleições para senadores e deputados em Mogi, gosando de sympathy na localidade e estima e confiança do seu digno chefe, o senhor coronel Francisco Freire de Almeida Mello, concorreu para salvar as urnas."

A supervisora do setor de Organização e Métodos do Tribunal Regional Federal, Ruth Lima Villar, disse que houve "surpresa geral" quando foram localizadas 45 caixas de documentos, no início do ano. Lá estavam processos datados de 1880, plantas dos bairros da capital paulista e de cidades do interior do Estado, cópia da carta que criou a Universidade de São Paulo (USP), cédulas de dinheiro falsificadas, habeas-corpus para escravos e tesouros da República.

Delinqüência - A viagem ao Brasil do fim do século 19 revela um período nervoso de nossa história. A polícia preocupava-se com a delinqüência comum, mas principalmente com as atividades de grupos políticos. Os estudantes do Largo São Francisco andavam agitados, é claro. Pelos idos de 1896, em freqüentes manifestações de rua, protestavam contra o que se convencionou chamar de Protocolo das Reclamações Estrangeiras, documento que dava garantias aos imigrantes tratados com deselegância e hostilidades por aqui.

Esse protocolo foi alvo de debates acirrados no Congresso. A polícia reprimiu um desses protestos. Houve prisões. Em 21 de setembro daquele ano, o procurador da República Aristides Salles ofereceu denúncia criminal contra um certo Afonso Borges, tido como um dos líderes do movimento, "inserido nas penas do artigo 100 do Código Penal".

O procurador pediu deferimento, nestes termos: "Cerca das 12 horas, um grupo mais ou menos numeroso de estudantes do curso de Direito, menores em sua quase totalidade, à frente dos quais se achava Afonso Borges e por este instigados, trazendo uma bandeira italiana que tinha symbolos da Nação italiana, ali se manifestaram em grande algazarra, levantando diversos vivas e urras contra a mesma Nação, contra o Protocolo que então se discutia no Congresso Federal (...) resolveram queimar e queimaram aquela bandeira, facto este presenciado por muitas pessoas e que se deu no mesmo largo pela uma hora da tarde." O libelo foi rejeitado e a ação penal, julgada extinta. Afonso Borges acabou sendo absolvido.

'Bello Tietê' - Um certo dia de agosto de 1917 - o mundo sob o impacto da 1.ª Grande Guerra - , a Vila Maria, na zona norte, amanheceu repleta de cartazes e panfletos com a assinatura de uma tal Companhia Paulistana de Terrenos. A papelada anunciava a venda de terrenos espaçoso a preços módicos. Era um tempo em que o Tietê primava pela limpeza. "O bello Rio Tietê torna Villa Maria o bairro mais aprazível de São Paulo", atestava a propaganda. "Terrenos na collina iguaes aos da Avenida Paulista para villas e palacetes", prometiam os empresários. Lotes em prestações e à vista no "bairro pitoresco com o maior e mais belo panorama de São Paulo".

O problema é que a área tinha outro dono. O Banco Evolucionista ingressou na Justiça com "autos de protesto", em janeiro de 1918, sustentando ter a posse de 50 mil hectares de terras públicas numa faixa de 13.200 metros de cada lado do Tietê, "uma légua acima da Ponte Grande". O banco acusou a Paulistana de "grave atentado ao legítimo proprietário". Os advogados do Evolucionista juntaram "documentos idôneos" por meio dos quais se admitia que - já naquela época --, as instituições financeiras recebiam privilégios do Estado. Tais papéis davam conta de que o governo provisório cedera as terras ao banco, por força do Decreto 528, de junho de 1890.

Em papel almoço, a direção do Evolucionista apontou a ação de "intrusos criminosos que vendem as terras do suplicante (...) venda indevida de lotes que têm provocado perdas e danos avultadíssimos". Requereu-se a publicação do "presente protesto para sciêncie de incautos, os quais por esta forma não poderão allegar mais tarde ignorância de tais factos nem bôa fé".

Destrução - A Revolução de 1924, um dos movimentos do ciclo tenentista que levaria Getúlio Vargas ao poder em 1930, trouxe angústia e terror para a população de São Paulo. Depois que as forças regulares do governo despejaram bombas e morteiros sobre a cidade e os rebelados, restaram assombro, mortes e ruínas. As empresas, gravemente atingidas em suas instalações, recorreram à Justiça para exigir indenização pelos prejuízos. Dez anos depois, em junho de 1934, a S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo entrou com uma ação ordinária contra a Fazenda do Estado e contra a União para que, solidariamente, cobrissem a importância de R\$ 6,935: 650\$ 104,0 - acrescida de lucros cessantes, custas da vistoria e demais despesas, honorários de advogados e juros de mora.

A autora sustentou ter sofrido saques, depredações, destruições e incêndios em suas propriedades: moinho de trigo da Rua Monsenhor de Andrade, 110, no Brás; armazéns de venda a varejo no Largo do Arouche, esquina com a Rego Freitas; estabelecimentos na Rua 25 de Março, 63, e na Rua Borges de Figueiredo, 108; escritórios e casas de residência dos gerentes de várias seções industriais e comerciais na Rua Borges Figueiredo e na seção de transporte da Chácara Tatuapé; fábricas de óleo Sol Levante, "de banha e refinação de assúcar" da Avenida Água Branca; fábrica de fiação, tecelagem e estamparia Belenzinho, na Avenida Celso Garcia, 519.

"Esse procedimento injustificável das autoridades constituídas foi ainda agravado em suas consequências pela circunstância de não terem elas tomado qualquer providência de policiamento no sentido de proteger a população inerme e a propriedade particular, quando, entretanto, em vez disso, tinham feito distribuir boletins pregando a tranquilidade com intuito de despertar confiança e afirmando que estavam - governo federal e governo estadual - , senhores da situação e contavam com elementos necessários para reprimir a revolta."

"Entre o abandono da cidade pelas autoridades e tropas legalistas e a organização de um serviço de policiamento pelos chefes rebeldes que da cidade tomaram conta, vigorou um período de anarquia e absoluta insegurança, durante o qual bando de populares cometiam depredações e saques contra armazéns e fábricas."

O escrivão Barreto, zelosamente, juntou aos autos - acatando pedido da Matarazzo - , a transcrição de boletim oficial distribuído em 24 de julho de 1924. Por meio dele, o marechal Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra, fez um apelo dramático aos paulistas: "À população de São Paulo. As forças legais precisam agir com liberdade contra os sediciosos que se obstinam a combater sob a

proteção moral da população civil, cujo doloroso sacrifício nos cumpre evitar. Faço à nobre e laboriosa população apelo para que abandone a cidade, deixando os rebeldes entregues à própria sorte. É esta uma dura necessidade que urge aceitar como imperiosa para pôr termo de vez ao Estado de coisas (...) Espero que todos atendam a esse apelo para se pouparem dos efeitos das operações militares."

Ataque - Seriamente preocupados com as consequências do ataque anunciado, uma comissão de notáveis empenhou-se na missão de tentar convencer o governo a recuar. Integravam a comissão o arcebispo metropolitano d. Duarte Leopoldo e Silva, o prefeito Firminiano Pinto, o presidente da Associação Comercial Carlos de Macedo Soares, o presidente da Liga Nacionalista doutor Frederico Steidel, e o diretor do Estado, Júlio Mesquita.

Pelo telefone, a comissão passou ao presidente da República a seguinte mensagem: "Pedimos Vossa Excelência intervenção caridosa para fazer cessar bombardeio contra inerme cidade de São Paulo, uma vez que as forças revolucionárias se comprometem a não usar seus canhões. A comissão não tem intuito político, mas exclusivamente compaixão da população paulista."

Por intermédio do ministro da Guerra, o presidente respondeu: "Devo declarar, com verdadeiro pezar, que não é possível assumir qualquer compromisso nesse sentido; não podemos fazer a guerra tolhidos do dever de não nos servir da artilharia contra o inimigo (...) Os danos materiais de um bombardeio podem ser facilmente reparados. Mas os prejuízos morais, esses não são susceptíveis de reparação (...) Melhor fazer um apelo à bravura."

Também faz parte do processo o Estado de 8 de julho de 1924. Cobertura completa dos fatos, na primeira página. "Movimento militar, chega a São Paulo a força naval. As posições ocupadas pelos belligerantes. O governo confia, em absoluto, na victória. A situação geral (...) mortos e feridos. Decretado feriado até sábado. Bombardeio do quartel da Luz."

Em despacho de 4 de dezembro de 1934, o magistrado Ruben Mariano da Rocha, juiz-substituto da Seção do Estado de São Paulo, mandou intimar o coronel Arlindo de Oliveira (comandante-geral da Força Pública), o tenente-coronel Virgílio Ribeiro dos Santos (comandante do 1.º Batalhão de Caçadores) e o tenente-coronel Octaviano Silveira (comandante do 2.º Batalhão de Caçadores). Os militares foram intimados em 5 de dezembro de 1934.

Culpa - O governo estadual não assumiu responsabilidades. A subprocuradoria fiscal da Fazenda do Estado contestou a Matarazzo e pediu reconhecimento da improcedência da ação. "A Fazenda nada deve à autora, visto como não pode ser responsabilizada por aqueles danos, uma vez que deles não lhe cabe culpa. O governo do Estado ignorava, por completo, a existência da conspiração, falecendo-se pois os meios para evitar a irrupção do movimento (...). A transferência da sede do governo para Guaiaúna e a consequente retirada das tropas legais da cidade de São Paulo se impôs como medida imprescindível à sua própria garantia evitando assim que, com a deposição de um governo legalmente constituído, o movimento crescesse de vulto e gravidade."

"(...) Diante da necessidade militar de uma retirada, que se impunha duramente ao governo, cumprindo somente aceita-la, para salvar-se a si próprio e ao princípio da autoridade, não podia esse governo, ipso facto, oferecer garantias à população, quando ele próprio não as tinha no recinto da cidade (...). O bombardeio foi procedido por ordem do Governo Federal (...). O emprego dessa arma de guerra obedeceu aos mais rigorosos preceitos técnicos, tendo em vista um objetivo limitar determinado." Apenas dois volumes da ação da Matarazzo foram localizados até agora pelos historiadores. Não se sabe o desfecho do processo.

Polícia política - Abril de 1933. São Paulo ainda respirava a Revolução de 32. A polícia política ocupava-se de bisbilhotar os passos do doutor Osório Cezar. O delegado Viriato Carneiro Lopes, chefe da Delegacia de Ordem Política e Social, encaminhou dossier confidencial ao general Waldomiro de Castilho Lima, interventor federal em São Paulo. "Pelas informações que se têm, o doutor Osório Cezar, médico do Hospital do Juquery, professa o ideal comunista. É intellectual e sua actividade se faz sentir nesse campo. Funcionário estadual de franco apoio e defesa da União Soviética vem tomando parte activa nas reuniões de operários, incentivando o movimento grevista para 1.º de maio próximo. Em companhia de Tarsila do Amaral, visitou a Rússia e, de regresso ao Brasil, fez propaganda do regime soviético."

Um outro relatório, juntado ao prontuário de Osório Cezar, trouxe pormenores. "Ultimamente, porém, sua actividade tem aumentado. Assim, fez parte do Comité Anti-Guerreiro de São Paulo na qualidade de 2.º secretário. Comité esse que, segundo ficou devidamente apurado, tratava-se de propaganda comunista que visava exclusivamente a defesa da União Soviética, motivo porque por determinação da chefatura de polícia foram proibidas suas reuniões. Nessas, também manifestou-se sua companheira Tarsila do Amaral." Mais adiante: "Os últimos relatórios informam que Osório Cezar há dias tomou parte em uma reunião que foi presidida pelo comunista Vicente da Costa e Silva e durante a qual foram tomadas medidas concernentes a um movimento

grevista para 1º de maio próximo futuro." No fim, delegado Viriato despede-se do interventor com um "saúde e fraternidade". (Fausto Macedo)

Fonte: ***O Estado de S.Paulo***, São Paulo, 12/08/2001.